



**ESTELLA CAROLINA DA CRUZ DIAS**

**BAIXO ACESSO E BAIXA PERMANÊNCIA DAS CRIANÇAS AFRO-  
BRASILEIRAS NAS ESCOLAS**

**LAVRAS - MG**

**2023**

**ESTELLA CAROLINA DA CRUZ DIAS**

**BAIXO ACESSO E BAIXA PERMANÊNCIAS DAS CRIANÇAS  
AFRO-BRASILERAS NAS ESCOLAS.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Universidade Federal de Lavras, como parte das  
exigências do Curso de Pedagogia para a  
obtenção do título de Licenciado

Prof. Dr. Alexandre de Carvalho Filordi  
Orientador

**LAVRAS-MG**

**2023**

**ESTELLA CAROLINA DA CRUZ DIAS**

**BAIXO ACESSO E BAIXA PERMANÊNCIAS DAS CRIANÇAS AFRO-  
BRASILEIRAS NAS ESCOLAS**

**LOW ACCESS AND LOW STAY OF AFRO-BRAZILIAN CHILDREN IN SCHOOLS.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Universidade Federal de Lavras, como parte das  
exigências do Curso de Pedagogia para a  
obtenção do título de Licenciado

APROVADO em 3 de outubro de 2023

Prof. Dr Alexandre de Carvalho Filordi-UFLA

Prof. Dr. Eliasaf Rodrigues de Assis -UFLA

Prof. Dra. Larissa Figueiredo Salmen Seixlack Bulhões-UFLA

Prof. Dr. Alexandre de Carvalho Filordi  
Orientador

**LAVRAS – MG**  
**2023**

*Dedico este trabalho a minha família, em especial minha mãe e irmãos pelo apoio incondicional durante minha vida acadêmica.*

## RESUMO

O racismo afeta negativamente as crianças negras e pode trazer consequências irreversíveis para ela. Assim, ao longo desse artigo problematiza-se alguns aspectos envolvidos no processo de escolarização da criança negra, desde a época da escravatura até os dias atuais, para se entender como criança negra foi sendo negligenciada e aniquilada de uma educação de qualidade e das políticas públicas. Para tanto, sustenta-se o importante papel da escola no processo de formação da criança negra, avaliando alguns obstáculos raciais e sociais que dificultam a baixa permanência e o acesso das crianças negras nas instituições. Por meio de uma pesquisa bibliográfica, com uma abordagem quantitativa, a partir de artigos e textos já publicados sobre o tema, busca-se alcançar propósito final: sustentar o quanto a escola é um importante espaço social de acolhimento das crianças negras mas que, infelizmente, ainda continua reproduzindo práticas racistas que afetam essas crianças tanto na sua autoestima, quanto na negação da própria imagem, principalmente na queda do seu rendimento escolar. Como resultado final, a linha argumentativa indica que os desafios atuais da educação escolar, no escopo do tema, é o de trabalhar de forma que transforme a realidade das crianças negras ao invés de dar respaldos às atividades que favorecem o fortalecimento de práticas racistas.

Palavras-chave: Criança Negra. Racismo. Educação. Escola. Educação Infantil.

## **ABSTRACT**

Racism negatively impacts black children, and can bring irreversible consequences to them, throughout this article I'll relate all the schooling process of black children ever since slavery until modern days and analyze all this process of black children who were neglected and annihilated out of a quality education and social policies. With the main objective of analyzing the role of the school in the shaping process of black children, evaluate which racial and social obstacles burden the low permanency and the access of black children in institutions, understand their childhood and all the weight the children carry with them. Through a bibliographic research, with a quantitative approach, through articles and texts already published about the subject. With a final purpose of showing how the school is an important space for reception of black children, however it still reproduces racist practices that affect black children when it comes to their self esteem, negating their personal image and above all in the decline of their academic performance and how a school should work in a way that transforms the reality of black children instead of supporting and reinforcing racist practices.

Keywords: Black Children. Education. School. Childhood.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>8</b>
<b>2. ESCRAVIDÃO</b>	<b>9</b>
<b>3. EDUCAÇÃO NO BRASIL ESCRAVOCRATA E ATUALMENTE</b>	<b>11</b>
<b>4. O APAGAMENTO DA CRIANÇA NEGRA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS</b>	<b>13</b>
<b>5. INFÂNCIA NEGRA</b>	<b>17</b>
<b>6. A ESCOLA “AGREGA” OU “SEGREGA” A CRIANÇA NEGRA?</b>	<b>20</b>
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>23</b>
<b>8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>24</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema surgiu em 2022, ano em que retornamos às atividades presenciais da UFLA, momento no qual eu comecei a realizar estágios obrigatórios nas escolas públicas da cidade de Lavras. A partir destes estágios desenvolvi um olhar mais observador sobre as crianças negras e suas vivências a partir das histórias que me eram reportadas.

Para discussão da criança negra no Brasil, no decorrer da história e na atualidade é necessário entrar no eixo com as discussões sociológicas, históricas e pedagógicas sobre conceitos que permeiam a negritude no país. A negritude é um dos conceitos que mais geram polêmicas e controvérsias no âmbito das ciências sociais, educacionais e políticas, por referir-se à ideia de raça e seus derivados como racismo, preconceito racial e relações sociais. Mas também envolve as reivindicações da negritude quanto à equidade e à justiça social.

Apesar de todas as políticas públicas de combate ao racismo, a maneira como ainda se concebe o negro na sociedade está enraizada em discursos discriminatórios e naturalizantes de marcadores raciais. Importa destacar que é a partir das relações familiares e escolares que a criança começa a ter contato com esses discursos e constrói sua subjetividade, diante das formas pelas quais percebe a si mesma e seu entorno.

A partir dessa perspectiva, vamos analisar teoricamente o processo de escolarização da criança negra, desde da escravidão, buscando entender o que acarreta seu baixo desempenho escolar e sua relação com o racismo. Quando nos referimos às relações pautando cor do indivíduo, é comum que o branco esteja em situações privilegiadas em detrimento ao negro. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no ano de 2019, o índice de repetência e evasão escolar, é composto em sua maioria, por alunos negros, totalizando, o percentual de 63,5% (IBGE,2019), ou seja, são os alunos negros menos que não recebem elogios, afagos ou qualquer expressão dessa natureza por parte dos professores.

A falta dessa política afetiva também acarreta na baixa autoestima que a criança negra carrega consigo, não conseguindo desenvolver uma identidade afirmativa e segura, o que acaba prejudicando o seu desenvolvimento potencial cognitivo e intelectual. Por isso, o papel da escola é fundamental no processo de formação da criança negra e se faz necessário entender as relações dessas com o mundo ao seu redor, além de compreender seus questionamentos.



Além disso, é importante destacar que o racismo presente na educação infantil aparece de forma distinta daquela encontrada no ensino fundamental. Enquanto no ensino fundamental o desempenho escolar mais baixo das crianças negras é fator identificador do racismo, na educação infantil, o racismo aparece nas relações afetivas e corporais entre adultos e crianças e nas brincadeiras espontâneas.

Portanto, diante do que foi exposto acima, o texto tem como principal foco analisar o desenvolvimento da criança negra na instituição escolar e suas significações, visto que o estudo e as reflexões serão a partir de artigos encontrados nas plataformas Google Acadêmico e Scielo. Possuindo como objetivo principal problematizar a forma que o racismo se manifesta e influência na permanência de negros, especialmente crianças, na escola.

## **2. ESCRAVIDÃO**

A história do negro escravizado inicia e se desenvolve através de violência, miséria, dominação e exploração impostas por europeus portugueses que tiraram seu direito de liberdade e de vida digna. Os primeiros negros foram trazidos ao Brasil, vindos da África por volta de 1549, sob a autorização de D. João III. À época, cada colono poderia importar até 120 africanos.

O autor Pinsky (1993, pag.) afirma que houve o contrabando dos escravos, tendo em vista que procurava trazer escravos muito além do permitido por lei, salienta-se que o tráfico de negros africanos, nesse primeiro momento era voltado para a consolidação da produção da cana-de-açúcar.

Além do mais, os negros eram obrigados a deixar sua cultura, laços sociais e familiares, o negro africano também era considerado indigno de sua liberdade. A justificativa que lhe tinham dado após a captura é que teriam a salvação cristã. Conforme argumenta Pinsky (1993, p. 13), “Na escravidão temos uma transformação de um ser humano em propriedade de outro, a ponto de ser anulado seu próprio poder deliberativo: o negro pode ter vontades, mas não pode realizá-las”.

O negro foi trazido para o Brasil como mão de obra escrava, com o objetivo de dinamizar a economia do brasileiro durante o período colonial, mas em nenhum momento colheu frutos do próprio trabalho e das riquezas produzidas no país advindas do seu trabalho forçado. O impacto da escravidão não atingiu somente aqueles que foram submetidos a essa condição, mas sim, toda a estrutura econômica, social e demográfica de várias tribos africanas.

Outro ponto importa é o fato que os negros eram vendidos publicamente através de leilões ou em “compras” diretas com o seu senhor, e essa forma de comércio coloca o negro em uma condição animal onde era vistado e examinado para que soubesse a qualidade da mercadoria.

Como lembra segundo Góes e Florentino (2002), não havia diretamente o comércio de crianças escravas, mas a comercialização dessas crianças se dava normalmente no final da infância, quando elas já haviam superado a alta mortalidade infantil, variando de acordo com e o seu valor era dado no mercado, conforme enfatizam:

Assim é que, comparativamente ao que valia aos quatro anos de idade, por volta dos sete um escravo era cerca de 60% mais caro e, por volta dos 11, chegava a valer duas vezes mais. Aos 14 anos a frequência de garotos desempenhando atividades cumprindo tarefas e especializando em ocupações era a mesma dos escravos adultos. Os preços obedeciam a igual movimento. (GÓES; FLORENTINO, 2002, p. 185)

Então é importante ressaltar que ensinar que o negro foi bem tratado, bem cuidado e que trabalhavam felizes é uma afirmação contrária a verdadeira história que se impõem, uma vez que eram tratados de forma vexatória sem o mínimo de dignidade uma vez que sempre foram tratados com inferioridade por seus superiores, já que deveriam ser orientado e ter o mínimo de cuidado por aqueles considerados superiores: os colonos brancos.

A jornada de trabalho dos negros, segundo Moura (1989), eram de 14 horas diárias, porém Pinsky (1993) acredita que na realidade os negros trabalhavam de 15 a 18 horas por dia, em relação ao trabalho as atividades variavam em trabalho no campo, mineração e o doméstico realizados dentro da casa dos senhores.

Já as crianças, desde cedo entravam na divisão escravocrata, precisando participar das brincadeiras sugeridas pelos filhos dos senhores de escravos, como mais uma forma de submissão, tendo em vista que submetiam as crianças escravas a situações de humilhação, fazendo-as muitas vezes, de animais. As crianças negras também participavam da sujeição de seus pais, uma vez que participavam às vezes do trabalho e outra nas histórias contadas nas senzalas.

Góes e Florentino (2002) afirmam a grande participação das crianças escravas no funcionamento da propriedade, uma vez que quando completam 12 anos de idade, já eram inseridas no trabalho realizado por seus pais, precisando aprender os ofícios como: mucama, pastor, lavrador etc, atividades que eram realizadas até o fim da sua vida. Ressalta-se que

mesmo depois da abolição, muitas crianças, filhas de escravos, ainda encontravam-se sob a tutela de seus ex-senhores.

### **3. A EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS NO BRASIL ESCRAVOCRATA E NOS DIAS ATUAIS.**

A história da Educação Escolar Brasileira nos últimos cinco séculos têm demonstrado que as matrizes culturais da nação (indígena, negra e europeia) tiveram tratamento diferenciados no que diz respeito à educação. Se pararmos para pensar, a educação escolar brasileira instituiu um projeto voltado a atender os interesses da elite e, de outro lado, nega e dificulta o acesso à educação à população negra e seus descendentes. Silva afirma o seguinte:

A escolarização, até esse período, foi de responsabilidade particular e privilégio de senhores e de seus filhos homens. À outra parcela da população, bem mais numerosa, constituída por mulheres, nativos e africanos, não cabia esse direito. Ao se considerar a história da educação, denota-se que o acesso dos negros à educação, além de tardia, não lhes garantiria devidamente a inclusão. Durante o escravismo e o predomínio da oligarquia rural, não se concebia sequer a alfabetização dos africanos, haja vista que prevalecia, por um lado, a concepção de que eram destituídos de inteligência e de alma. Por outro, a eles cabia apenas o trabalho doméstico e braçal, logo não havia necessidade de adquirir outros conhecimentos e saberes (SILVA & SILVA, 2005, p. 195).

A princípio, as crianças negras iniciaram, ainda que precariamente, sua educação após a aprovação da Lei do Ventre Livre em 1871, legislação que previa que os senhores de escravos deveriam ter sob sua responsabilidade, até os 8 anos de idade, as crianças nascidas em suas propriedades. As crianças que foram abandonadas seguiram para as instituições do Estado. Nesse sentido, Gonçalves afirma (2000, p. 372), “dificilmente poderemos dizer que o Estado respondeu às necessidades educacionais das crianças negras.”

O Decreto nº 7.031, promulgado em 6 de setembro de 1878, tornou obrigatório o ensino de crianças dos 7 aos 14 anos, sendo assim, ficou determinada a aceitação da criança negra nas escolas públicas, pelo menos em termos teórico-legais. Tanto é que o ensino dos negros ficava restrito às instituições mantidas por abolicionistas, que tinha como objetivo inculcar cidadania e civilidade aos negros africanos (GONÇALVES, 2000). Após a Abolição da Escravatura, o negro viu-se livre, porém desamparado socialmente, em que esse desamparo incluiu a educação.

A luta das camadas negras pela sua inclusão no processo de escolarização oficial evidencia que mesmo à margem da cidadania os negros acompanharam os processos de opressão da nação brasileira e nele exerceram influência. Os mecanismos do Estado brasileiro

que impediram o acesso à instrução pública dos negros durante o período Império deram-se em nível legislativo, quando proibiu o escravo, até mesmo o próprio negro liberto, de frequentar a escola pública, e em nível prático quando, mesmo garantindo o direito dos livres de estudar, não houve condições materiais para a realização plena do direito (CUNHA, 1999; FONSECA, 2000).

Ademais, a criança negra era cruelmente privada do direito à educação, sendo obrigada a ser colocada num lugar de trabalho forçado. A pesquisadora Caroline Jango (2017, p. 41) afirma que “a cultura de discriminação vem permeando a instituição escolar, deformando a identidade das crianças negras e impondo a elas o fracasso escolar ao longo dos anos.” É possível notar que anos se passaram e mesmo assim à criança negra é negada uma educação de qualidade. Não há de se negar a existência de certos avanços, mas é perceptível que, mesmo a criança negra no século XXI, tendo a possibilidade de frequentar as escolas, ainda encontrará nela barreiras que dão pistas de que a escola não está preparada para acolher integralmente uma criança negra, com toda sua herança sócio-histórica.

Seguidamente, para abordar a educação das crianças negras no século XXI, é necessário entender todo o processo citado anteriormente. As crianças negras vivem diversas experiências que as levam a construir uma imagem negativa de si mesmas. A questão racial é um fator que está presente no meio escolar, desde a época da escravatura e permeia até os dias atuais.

As escolas são apresentadas de modo geral por meio de uma base social conservadora e excludente. Ao se pautar por um currículo denominado de “embranquecido”, com ausência de conteúdos que possam contribuir para que as crianças negras não se vejam contemplados historicamente para além dos clichês da escravidão e com o silêncio da gestão pedagógica a respeito de questões raciais, eles tendem a não protagonizar distinções positivas na escola. Não é sem razão que estudos têm mostrado que os alunos(as) negros enfrentam dificuldades para permanecer na escola, apresentando as maiores taxas de evasão e repetência. Tem-se concluído que o rendimento escolar da criança negra acaba sendo condicionado por processos intraescolares, pois mesmo quando o nível socioeconômico das famílias é equivalente, ainda assim, os negros, muitas vezes, apresentam trajetória escolar diferenciada, cujo o sucesso do alunos(as) negros é menor do que o dos alunos(as) brancos na escola (ROSEMBERG, 1987; HASENBALG, 1987; HASENBALG; SILVA, 1990).

As crianças negras vivem experiências que as levam a constituir uma autoimagem negativa de si mesmo. Souza (2002) aponta que as crianças negras revelaram, muitas vezes, o

desejo de serem brancas, de cabelo liso, querendo se comparar com os personagens das histórias infantis, reforçando a imagem que a criança negra faz de si, evidenciando a negação de sua condição racial. Durante o processo escolar, as crianças negras almejam de serem crianças brancas, devido ao tratamento diferenciado que recebem.

Na realidade, a escola brasileira funda-se na ideia de escola única e igual para todos, mantendo, de forma oculta, uma ética de indiferença em relação às diferenças, já que a convicção na qual ela se apoia é a de ser indiferente aos territórios, à cultura de origem das famílias, ou seja, há uma indiferença ao outro como fundamento da escola. É necessário por parte da escola e dos educadores e educadoras, uma nova postura frente aos seus alunos e alunos de diferentes classes sociais, raças, gêneros, religiões, com diversas formas de entendimento de mundo, o que leva à necessidade de trabalhar com as diferenças no ambiente escolar, em contraposição à visão hegemônica de alunos e alunas que, na maioria das vezes, não corresponde às crianças que se tem em sala de aula, pois há uma questão racial que perpassa a instituição escolar desde a educação infantil.

É preciso dar visibilidade ao que tem sido a realidade da vida das crianças negras para que esse conhecimento sirva como fonte para análise das consequências que esse tipo peculiar de infância chegará às gerações futuras. Para tanto, e minimamente, as crianças negras precisam se ver representadas nos espaços educacionais, tanto em termos de identidade étnica quanto de referências culturais.

Sendo assim, para se pensar em como as questões raciais afetam as crianças, é essencial que os profissionais da educação, desde a primeira infância, tenham firmeza democrática e de justiça social em suas ações e questionem suas práticas pedagógicas diárias porque muitas vezes essas práticas, vinculadas a uma abordagem não crítica, reforçam situações de racismo que prejudicam a autoestima das crianças negras, sua identificação étnica e a construção de uma sociedade mais diversa, justa e democrática considerando que é fundamental garantir que todos tenham seus direitos de aprendizado e respeito por suas raízes e suas culturas.

#### **4. O APAGAMENTO DA CRIANÇA NEGRA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

Para falar de educação, em especial pela luta em prol de uma educação de qualidade e o quanto crianças negras tem sido historicamente marginalizadas e sub-representadas, é importante destacar os Movimentos Negros, que correspondem a um conjunto de movimentos sociais, políticos e culturais, com um grupo de negros brasileiros no qual tem projeto como objetivo a luta pela igualdade e a melhoria de vida das populações negras. Em vários desses

projetos, a pauta educação tem grande destaque. Sabemos que no Brasil a educação é um direito constitucional, mas segundo as pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE há uma reprodução de desigualdades raciais no campo educacional.

Essa desigualdade racial é perceptível quando notamos que as crianças negras não são colocadas como sujeitos de uma educação transformadora. É importante pensar que sem a existência de crianças negras como sujeitos da educação nos currículos, não há um currículo educacional, visto que 56,1% da população brasileira é negra de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Assim, diante desses dados podemos pensar, como as crianças negras estão sendo apagadas das políticas públicas, já que representam mais da metade da população no Brasil?

Segundo Carvalho e Souza (2020) pensar em apagamento das crianças negras é colocar em evidência como essas crianças não são sujeitos centrais de uma educação, é analisar todo o processo de visibilidade seletiva que lhes são dadas. De igual modo, é preciso mostrar como há uma ausência significativa de temas voltados para uma educação racial na infância e entender o porquê desta ausência. Nesse sentido, quando analisamos a Base Nacional Comum Curricular, documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens ao longo das etapas, é possível notar que não é documento estruturado e organizado com pensamentos voltados para educação racial das crianças negras na primeira infância.

Segundo Carvalho e Souza (2020), a Base Nacional Comum Curricular - BNCC em momento algum considera as especificidades de uma criança negra, apenas absorve a criança negra em “campos de experiências” no sentido de que elas precisam se adequar às normalidades deste documento. Souza (2016), ainda confirma esta narrativa de apagamento na BNCC, quando analisa a primeira versão, e as diversas tentativas de sugestões abertas e amplas que caracterizam a criança negra a uma criança universal, e na segunda versão, ao trazer a palavra cultura no plural “culturas”, sem ao menos conhecer as diferenças que marcam as relações étnico-raciais, ou seja, mostra culturas sem diferenças, em uma generalização que as universaliza.

No que tange às relações étnico-raciais, desde 2003 temos a sistematização das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e a Lei 10.639, que trata do ensino de História e Cultura Afro Brasileira, que diz respeito à determinação do trabalho em prol da igualdade racial na educação. Porém, para educação de

zero a cinco anos, permanece o desafio de superação do racismo, do preconceito racial em relação às crianças negras, bem como a organização do trabalho pedagógico das instituições continuam em silêncio quanto à temática do negro e do continente africano, continuando a reprodução de um currículo com enfoque eurocêntrico.

Na primeira versão da Base Nacional Comum Curricular, a cada cinco campos de experiência, obtemos seis objetivos de aprendizagem a serem alcançados de zero a cinco anos: 1) O eu, outro e o nós, 2) Corpo, gestos e movimentos, 3) Escuta, fala, pensamento e imaginação, 4) Traços, sons, cores e imagens, 5) Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações. Nesse sentido, quando refletimos sobre esse documento, notamos que nenhum dos trinta objetivos de aprendizagem dão importância à necessidade de trabalhar as relações étnico-raciais de modo destacado. A expressão “étnico-racial ” aparece uma única vez na parte dedicada à Educação Infantil somente para afirmar que o trabalho pedagógico deve incluir a formação de uma visão plural de mundo pela criança, de modo que ela aprenda a respeitar as diversidades culturais” (BRASIL, 2015).

Retornando à pergunta anterior depois de analisar os aspectos de um dos principais documentos, que serviram como base para a Educação, notamos que o apagamento da criança negra se dá pelo fato de existir um documento que não valorize as suas especificidades e toda sua bagagem, É notável que não há um movimento social e político que lute para mudar isso, e nesse caso, as escolas apenas absorvem a criança negra em “campos de experiências”, apagando-a.

Outra medida governamental que é importante abordar é a Lei 10.639, que serviu como tentativa de reparação de todos os danos que a historicidade trouxe para o povo negro. A referida Lei traz a obrigatoriedade do ensino de História da África tanto no ensino fundamental quanto médio, no qual espera-se que resgate, de certa maneira, a historicidade da cultura afro e dê a sua devida valorização. Assim, a supracitada estabelece em seus dispositivos o seguinte:

Art. 26- Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. (BRASIL, 2003).

Quando se analisa a eficácia de uma legislação como essa, poucas mudanças são notadas, seja na ausência da aplicação deste conteúdo, ou quando aplicado, é algo esvaziado de qualidade. Luciana Ribeiro (2023), especialista do projeto SETA- Sistema de Educação por uma Transformação Antirracista, afirma que “Mesmo depois de duas décadas da aprovação da lei, as instituições escolares ainda estão se adaptando para atualizar seus currículos com conteúdos da cultura negra, bem como capacitar profissionais para ministrar aulas com a esperança qualidade” (RIBEIRO, 2023).

A Lei 10.639 exige mudança de práticas e descolonização dos currículos, ou seja, mudança de representação e de práticas em relação à África e aos afro-brasileiros nos currículos das escolas de educação básica, assim, podemos afirmar a necessidade da descolonização dos currículos escolares:

Descolonizar os currículos é mais um desafio para a educação escolar. Muito já denunciemos sobre a rigidez das grades curriculares, o empobrecimento do caráter conteudista dos currículos, a necessidade de diálogo entre escola, currículo e realidade social, a necessidade de formar professores e professoras reflexivos e sobre as culturas negadas e silenciadas nos currículos (GOMES, 2012, p. 102).

A importância da Lei 10.639/03 é despertar nos docentes o desejo de conhecer, compreender e experienciar a cultura negra, além de buscar caminhos diversos para o ensinamento, não sendo pautado somente no conteúdo que o livro traz, que em questão é um conteúdo esvaziado, não relatando todas as histórias vivenciadas. Segundo Pereira e Cunha Júnior (2016), para a implementação da citada lei, não se trata de substituir o currículo de base eurocêntrica por uma de base africana, mas incluir o ensino de história, cultura e conhecimentos de base africana a outros conhecimentos já existentes no currículo atual.

Portanto, o trato da questão racial no currículo e as mudanças provenientes dessa questão só poderão ser consideradas como um avanço no processo de ruptura epistemológica e cultural na educação brasileira se esses não forem confundidos com novos conteúdos escolares a serem inseridos, ou como mais uma disciplina. Trata-se, na realidade, de uma mudança estrutural, conceitual, epistemológica e política de descolonização do currículo que implica conflito, confronto, negociações, ao produzir algo novo e Essa mudança se insere em outros processos de descolonização maiores e mais profundos, ou seja, do poder e do saber.



## 5. INFÂNCIA NEGRA

A infância é entendida como uma fase de desenvolvimento físico, cognitivo, social e emocional, no qual a criança explora o mundo ao seu redor, aprende novas habilidades, desenvolve sua identidade e personalidade. O autor Colin Heywood (2004) apresenta os seguintes conceitos: “[...] a infância é, obviamente, uma abstração que se refere a uma determinada etapa da vida, diferentemente do grupo de pessoas sugerido pela palavra crianças.” (HEYWOOD, 2004, p. 22)

Desse modo, pensar em infância das crianças negras demanda analisar todo o ciclo dos povos negros no Brasil e de como seus povos foram desumanizados, mesmo com o advento da Lei Aurea em 1888. É possível então considerar que, ainda que todos os seres humanos tenham sido crianças, e levando em conta que ser criança é uma fase de desenvolvimento do início da vida, as condições sociais e culturais farão com que determinadas crianças vivenciem infâncias completamente diferentes. Assim; por que se pensar em infância negra e não em infâncias?

A criança negra outrora escravizada e a sua infância não significavam a mesma coisa em relação a uma criança branca livre e sua infância. Ao entender por infância um período em que a criança deve desfrutar de atenção, cuidado, proteção, sustento e oferecimento de infraestruturas que lhe possibilitem o desenvolvimento de uma vida saudável, física e emocional, podemos dizer que as crianças negras vivenciam uma história de infância extremamente desumana e violenta. O regime da escravidão foi um grande precursor dessa infância. A infância da criança negra escrava era marcada pela concepção de ser um objeto para o trabalho, bem como a luta pela sobrevivência, que estas dispunham das péssimas condições de vida e trabalho, diante as realidades que marcavam o território brasileiro, como afirmam (GÓES; FLORENTINO, 2018, p. 180).

No contexto do neocolonialismo contemporâneo, nascer como uma criança negra implica em ser privado de um certo capital existencial necessário para circular livremente nos espaços de consumo. Ser uma criança negra é estar sujeito à violência por parte das autoridades públicas; é ser apagado e negligenciado nas políticas educacionais em geral. O neocolonialismo manipula a construção da identidade negra por meio de representações embranquecidas. Embora longe das correntes de ferro e dos açoites da época colonial, essas representações ferem a condição negra desde a infância (CARVALHO; SOUSA, 2020).

Através de uma perspectiva mais abrangente, é evidente que negar às crianças negras uma infância, teve um papel significativo na desumanização do grupo como um todo. Isso

ocorreu devido a uma percepção social sobre as pessoas negras, marcadas por estereótipos e valores de um sistema cultural. O autor, Carvalho e Sousa afirmam que “a infância voluntariosa negada à criança negra e dela suprimida não impediu o rastro de infantilização de todos os povos negros. Infantilizar os africanos foi uma estratégia justificadora da codependência forjada a base de ferro, chumbo, pólvora e açoite”.(CARVALHO; SOUZA, 2020, p.8).

Uma das principais bandeiras do movimento negro é a luta por educação e oportunidade iguais ao acesso ao mercado de trabalho e, principalmente pelo direito da criança negra à infância que não seja marcada por violência. Essa violência é perceptível quando se observa os dados. Segundo um estudo realizado por Poliana Rebouças (2022) no instituto Fiocruz, as crianças de mães pretas têm 39% a mais de risco da sua vida ser interrompida antes dos 5 anos e quando se observa a causa da morte, está sempre ligado a má nutrição. Outro fator a destacar é que crianças negras morrem 3,6 vezes mais por conta da violência armada, do que as não negras. Diante disso, devemos pensar, por que isso acontece?

Os resultados dos efeitos da colonialidade sobre a infância de crianças negras podem ser verificados nas trágicas estatísticas apresentadas pelo Unicef em 2005. Aqui se denuncia o alto índice de mortalidade, o baixo índice de desenvolvimento humano, a falta de acesso à educação, as péssimas condições de moradia, entre outros aspectos onde a criança negra está sempre fragilizada. De acordo com a pesquisa da Unicef (2015, p.15):

[...]as crianças são especialmente vulneráveis às violações de direitos, à pobreza e à iniquidade no País. Por exemplo, 29% da população vive em famílias pobres, mas, entre as crianças, esse número chega a 45,6%. As crianças negras, por exemplo, têm quase 70% mais chances de viver na pobreza do que as brancas; [...] Com 98% das crianças de 7 a 14 anos na escola, o Brasil ainda tem 535 mil crianças nessa idade fora da escola, das quais 330 mil são negras.

Retornando a pergunta anterior, sobre o porquê isso acontece, primeiramente, apontamos a existência do racismo generalizado como grande razão de as pessoas negras serem, até o dia de hoje, marginalizadas na conjuntura societária na qual estamos inseridos, sendo esta uma constituição de práticas institucionais, históricas, culturais e interpessoais que privilegiam um certo grupo social em detrimento de lesionar outro. Outro fator a destacar é a ausência de execução de políticas públicas que verdadeiramente promovam a igualdade e o acesso da população negra às condições de dignidade humana.

O aviltamento que a população negra vem enfrentando na consolidação prática do que a lei ordena é reflexo do legado escravocrata de um país que não foi capaz de criar condições

para inserir os negros na sociedade brasileira, sobretudo como cidadãos participantes e ativo na construção de um projeto de nação democrático, justo e equitativo. Essa mesma dimensão impôs à infância negra perspectivas higienistas, relegando às crianças negras o fardo de serem consideradas um problema social e excluídas de um lugar na sociedade.

Desvendar as origens das históricas africanas em torno da criança e da infância, implica em reverter toda perspectiva normalizada na sociedade brasileira, por sua vez, enraizada nos preconceitos, nas intolerâncias e no racismo do adulto branco para com a criança negra. Da mesma forma, é necessário olhar para uma abordagem que esteja voltada para a cultura, na multiplicidade de seus povos e nos modos singulares de suas existências, considerando uma abordagem que inclua as origens das matrizes africanas e suas afirmações atuais na sociedade brasileira.

Outro fator a destacar a respeito da infância negra é o trabalho infantil que as crianças negras são submetidas desde da primeira infância. O Trabalho infantil (TI) compreende toda forma de trabalho realizado por crianças e adolescentes abaixo da idade mínima permitida pela lei, de acordo com a legislação vigente de cada país.

O Artigo. 6º da Constituição Federal de 1988, que aborda o trabalho como um dos Direitos Sociais, no entanto, em seu art. 7º, XXXIII é explícito ao dispor os seguintes termos: “proíbe aos menores de 16 anos realizarem trabalhos noturnos, insalubres e perigosos [...] salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos” (BRASIL, 1988, p. 19), ou seja, qualquer forma de trabalho ao menor de 14 anos, é vedada pelo ordenamento jurídico brasileiro.

Contudo, uma das principais causas que as crianças negras são submetidas ao trabalho infantil é a falta de uma educação de qualidade. Soma-se a isso as condições financeiras que também influenciam nesse processo: quanto menor a renda e a escolaridade da família, maior é o risco de ingresso precoce no mundo do trabalho. Quando trabalha, a criança tem seus estudos prejudicados ou até mesmo deixar a escola, caso a família acredite que a escola pouco agrega ou oferece baixas perspectivas de vida, assim, a possibilidade de evasão escolar aumenta e as crianças e adolescentes ingressam no mercado de trabalho precocemente.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), há 1,8 milhão de pessoas de 5 a 17 anos em situação de trabalho infantil. O levantamento mostra também que 66,1% dessa população é negra. Segundo uma reportagem do site Criança Livre de Trabalho Infantil (2021):

O trabalho infantil ocupa o espaço da ludicidade e educação na infância. O tempo de aprender, brincar, imaginar e sonhar é interrompido pela

necessidade de trabalhar. A escola deveria ser um local onde essas meninas se sintam pertencentes, mas o que há é um processo de desumanização e precarização da infância negra.

Portanto, as crianças negras capturadas no continente africano destacam a realidade de meninos e meninas negras relegados a um processo histórico que condicionam as pessoas com base na cor de sua pele. Nesse contexto, as consequências de mais de trezentos anos de escravidão deixaram marcas profundas na população negra, especialmente na trajetória das crianças marginalizadas. É necessário, reconhecer a realidade da vida das crianças escravizadas e os estereótipos que ainda recaem sobre as crianças negras nos dias atuais. Visto que a concepção da infância é uma construção social que varia conforme a época, é incumbência da sociedade atual confrontar os resquícios sociais herdados do regime escravista. Somente assim poderemos contribuir para a transformação de uma sociedade que julga meninos e meninas com base na cor de sua pele.

## **6. A ESCOLA “AGREGA” OU “SEGREGA” A CRIANÇA NEGRA?**

Quando analisamos o âmbito escolar, a questão é: como o aluno negro se reconhecerá em meio a tantos personagens brancos presentes intitulados figuras importantes quando se trata de história dentro da escola, como se sentirá pertencente ao emaranhado de itens da cultura branca, sendo que é marginalizado dentro e fora deste ambiente?

A instituição escolar reproduz desigualdades sociais, as chances oferecidas por elas são desiguais, uns têm condições mais favoráveis que outros. Dentre essas chances oferecidas, estão os ambientes em que as relações sociais se estabelecem e dentre estes espaços, estão as salas de aulas, onde é o local que os alunos e alunas costumam passar maior parte do tempo, e conseqüentemente é onde se constituem as relações interpessoais.

A estrutura escolar não está preparada para trabalhar com a realidade que a criança negra se depara, negando a participação positiva dos negros no processo histórico e cultural brasileiro. Como citado na introdução, o alunos(as) negro não se sente acolhido dentre a gestão escolar e os demais setores da escola. Os sentimentos de acolhimento, reconhecimento e pertencimento, em grande parte não são despertados nas crianças negros.

E tais sentimentos são primazias para uma escola se tornar significativa com um ambiente agradável, pois devemos levar em conta que a escola pública, laica e de qualidade é um direito de todos os cidadãos, logo, a escola, assim como para os brancos, deve ser um ambiente democrático e agradável para os negros; devendo ser um ambiente que dissemine qualquer prática, sejam orais, atitudinais, e implícitas de preconceito, intolerância, racismo e exclusão.

Nesse horizonte, a obra de Cavalleiro (2000) teve como objetivo analisar a socialização das crianças negras no ambiente da pré-escola e na família, com foco no reconhecimento da questão racial e seu impacto na formação da identidade dessas crianças que prejudicam negativamente a construção de sua identidade. A pesquisa é reveladora de um silêncio envolvendo a questão racial na escola e também na família, o que acaba não oferecendo um repertório para que essa criança enfrente os preconceitos presentes na sociedade e também no espaço escolar, pois a questão é ocultada nas duas instituições.

Notamos que há um tratamento diferenciado em relação às crianças negras e brancas, baseado em uma linguagem não-verbal, por meio de atitudes, gestos e tons de voz que reforçam o racismo e a rejeição por parte das crianças negras em relação ao seu pertencimento racial. A fala da professora Amália, nome fictício que lhe foi dado durante a pesquisa sobre a temática das diferenças étnicas, demonstra muito bem o seu desconhecimento sobre o quanto é importante para as crianças negras tratar sobre o assunto no âmbito escolar, vejamos:

Em todas as escolas têm (livros). Mas isso não adianta. Não é importante para a criança. Você pega um livrinho, mostra. Tem que ser uma coisa próxima. É muito mais fácil você falar: "olha que bonitinho, este cachorrinho é preto, é lindo. Este é marrom, é lindo. Este é branco, é lindo. Este é manchadinho, é lindo". Porque é uma coisa que ela está vendo e sentindo. Uma coisa distante não dá. Tem livros de histórias. Eu li, mas (as histórias) não mexem com ela, como algo que está vivo. As crianças não notam se um personagem é branco ou preto. Elas estão ligadas nelas mesmas, no colega que está ali. (CAVALLEIRO, 2000, p.46).

A falta de conhecimento dessas professoras a respeito das diferenças étnicas e sua importância na valorização da história do negro no espaço escolar, muitas vezes parece oferecer a criança branca o direito de reproduzir comportamentos que segregam a criança negra. Feitosa (2012) em sua pesquisa afirma que o desconhecimento de gestores em relação à temática racial impede que eles consigam reconhecer e até mesmo interferir em conflitos incitados pelo racismo, o que vai colocar em evidência a solidão da criança negra. Ademais, o professor, como mediador, muitas vezes por despreparo ou por preconceito introjetado, não intervém nas situações de racismo flagrantes, deixando de fazer desse momento um espaço importante e privilegiado de discussão sobre diversidade e também de conscientização dos alunos da importância e riqueza que ela traz a nossa identidade nacional.

Ao contrário da atitude de ignorar, quando um docente faz uso dessa diversidade, ele não estabelece uma hierarquia entre grupos humanos (superioridade ou inferioridade), ele completa e enriquece a humanidade em geral, ajuda o aluno discriminado a assumir com

orgulho e dignidade os atributos de sua diferença, a diversidade se torna uma ferramenta e tanto para acrescentar culturalmente.

Em prefácio para sua obra “Superando o racismo na escola”, organizada por Kabengele Munanga, com iniciativa do Governo Federal e Ministério da Educação, o presidente da República na época, Fernando Henrique Cardoso, dizia que o tema do racismo e da discriminação social é importante para aqueles que se preocupam com a educação, e é através da própria linguagem que se constroem as práticas culturais. (MEC, Superando o Racismo na escola, 2005).

Retornando à pergunta inicial deste tópico, a escola na realidade não se mostra acolhedora perante ao preconceito internalizado e, ao invés de agregar valores, cultura, conhecimento, diversidade e criticidade, ela se torna uma ferramenta de reforçar a discriminação e a desigualdade. A segregação que a escola exerce sobre a criança, não tratando elas de forma igualitária e de acordo com seus segmentos raciais, gera uma certa “normalidade” o que dificulta o combate de racismo.

A criança negra desde pequena demonstra resistência diante desta violência que sofre cotidianamente, evidenciando sua solidão no interior da escola. A solidão como forma de autoproteção no espaço escolar contribui, contudo, para que a criança negra não consiga se identificar por intermédio de vínculos sociais, visto que não encontra uma forma de se enxergar uma referência que, como dito anteriormente, contribua positivamente para a sua autoestima, seu desenvolvimento e demais aspectos existenciais. Logo, ela tem comprometido também o seu desempenho escolar.

Diante disso, Santiago (2014) apresenta em sua pesquisa:

A partir dos pressupostos de Foucault (2001) podemos compreender a extremidade do poder e a resistência como força do mesmo campo, não existindo um poder destituído de qualquer resistência. Neste sentido, ao mesmo tempo em que se produz uma racialização, se cria uma força de repulsão deste processo, seja através de modelos naturalizados pela sociedade enquanto movimentos de resistência, seja por ações intersubjetivas de negação da ordem prescrita e da normatividade apresentada. Com base nesse pressuposto, podemos questionar a suposta passividade construída sobre expressões como choros, gritos e desânimos das crianças. Estas podem ser expressões de um movimento de resistência frente ao poder exercido pelo universo adulto sobre os corpos infantis. Os choros, bem como outras manifestações de desobediência das crianças negras, podem ser entendidos como discurso de discordância dos enquadramentos sociais racistas impostos pelas práticas pedagógicas presentes na educação infantil. (SANTIAGO, 2014, p. 50 51).

A escola enquanto ambiente que deveria ter como papel fundamental agregar valores, diversidade cultural, de tal maneira a formar cidadãos críticos, autoconfiantes, produtores de conhecimento, se torna um ambiente segregacionista, em que ampara uns em detrimento de outros, valorizando uma cultura enquanto desconsidera as demais, tornando-se um ambiente onde poucos conseguem sentirem de fato pertencentes e felizes, enquadrando crianças em um padrão cultural onde elas sentem enorme desconforto e não conseguem se identificar.

## **7. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Quando se fala em educação das crianças negras, ainda existem diversas lacunas a serem preenchidas. A criança negra quando inserida na escola, encontra-se em um ambiente hostil, e não, necessariamente, em um espaço no qual ela pudesse se sentir acolhida e se reconhecer como sujeito de direito, voz e atuação sócio-histórica em pé de igualdade com seus pares.

Após as discussões teóricas realizadas ao longo deste trabalho, podemos supor que a educação escolar tem um papel fundamental no pertencimento da criança negra na instituição. Contudo, ainda é necessário recobrir as fragilidades acerca da formação de profissionais e de um currículo educacional que compreenda a especificidade das crianças negras. Do contrário, seguiremos na manutenção do racismo e das injustiças sociais, de modo que a criança negra acaba desenvolvendo em si, um sentimento de incertezas de ser aceita por parte dos professores e dos colegas. Vera Triumpho afirma que “a nossa criança negra, por todo um condicionamento sociocultural de um ideal de beleza e padrões europeus, possui baixa autoimagem e baixa autoestima. Conseqüentemente, ela será um adulto com problema de identidade pessoal”.

Portanto, conclui-se que é necessário que a escola tenha uma escuta ativa, um olhar atento e carinhoso a cada criança negra que frequenta a instituição, é preciso conhecer a história de cada criança, principalmente a das negras, suas vivências de mundo e toda a bagagem cultural e de vida que ela carrega, sendo urgente e necessário pensar em práticas que agregam a criança e que, principalmente, despertam nela sentimento de pertencimento àquele lugar, fazendo com que ela tenha representações sociais naquele espaço, para que se reconheça em meio a um espaço de características embranquecidas, porém, também comprometido com a democracia racial.

## 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2023]. Disponível em < [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> Acesso em 4 de Julho de 2023;

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: < <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/conheca>> . Acesso em 4 de Julho 2023;

\_\_\_\_\_. **Lei ° 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm#](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm#) . Acesso em 17 de setembro de 2023.

CAVALLEIRO, E. dos S. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2000;

COSTA, Karina: Estudo aponta para profundas desigualdades na mortalidade de crianças no Brasil:20 de nov/ 2022. Disponível em: <https://agencia.fiocruz.br/estudo-aponta-para-profundas-desigualdades-na-mortalidade-de-criancas-no-brasil>. Acesso em 15 de julho de 2023.

CUNHA, L. A. **O Ensino de Ofícios Artesanais e Manufatureiros no Brasil Escravocrata**. São Paulo: Editora UNESP, Brasília, DF: Flacso, 2000;

DEL PRIORE, Mary. **O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império**. In: DEL PRIORE, Mary (org.). História das crianças no Brasil. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2018. p. 84-106;

FEITOSA, Caroline F.J. "Aqui tem racismo!": Um estudo de representações sociais e das identidades das crianças negras na escola. Campinas, SP. 2012. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/250918>. Acesso em 15 de maio.2023;

FONSECA, Marcus. V. **A educação dos negros: Uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002;

GOMES, Nilma Lino. **Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. Currículo sem fronteiras**. v. 12. n. 1. p. 98-109. 2012;

GONÇALVES, Luis Alberto Oliveira. Negros e educação no Brasil. In: LOPES, Eliane Maria Teixeira et alli. (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000;

GÓES, José Roberto; FLORENTINO, Manolo. **Crianças escravas, crianças dos escravos**. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). Histórias das crianças no Brasil. 3ª. ed. São Paulo: Contexto, 2002;

GÓES, José Roberto; FLORENTINO, Manolo. Crianças escravas, crianças dos escravos. In: PRIORE, M. D. (org.). **Histórias das Crianças no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 164-180;

HASEMBALG, Carlos A. **O negro nas vésperas do centenário. Estudos Afro-Asiáticos**. (13): 79-86. 1987;



HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância: da Idade Média à época contemporânea no Ocidente**. Porto Alegre: Artmed, 2004;

JANGO, Caroline Felipe. **“Aqui tem racismo”: um estudo das representações sociais e das identidades das crianças negras na escola**. São Paulo: Livraria da Física, 2017;

MOURA, Clóvis. **História do Negro Brasileiro**. São Paulo, SP: Ática, 1989;

MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. 2ª edição revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005;

PEREIRA, Rinaldo P.; CUNHA JÚNIOR, Henrique. **Mancala: o jogo africano no ensino de matemática**. 1. Ed. Curitiba, Appris, 2016;

PINSKY, Jaime. **Escravidão no Brasil**. 12ª Ed. São Paulo, SP: Contexto, 1993;

RAMOS, Claudia Monteiro da Rocha. A escravidão da criança negra e a Lei do Ventre Livre (1871). **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 9, n. 2, p. 204-204, nov. 2008. ISSN 1676-2592. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/827>>. Acesso em: 20 setembro. 2023;

ROSEMBERG, Fúlvia; BAZILLI, Chirley; SILVA, Paulo Vinícius Baptista da. Racismo em livros didáticos brasileiros e seu combate: uma revisão da literatura. **Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo**. São Paulo, v.29.n.2. p.125-146. Jun 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/Dw9cqWcCzcddHVZjv3TnYGt/?lang.pt>. Acesso em: 10 de setembro de 2023;

SANTIAGO, Flávio. **“O meu cabelo é assim... igualzinho o da bruxa, todo armado”: hierarquização e racialização das crianças pequeninhas negras na educação infantil**. 2014. 127 p. Tese (mestrado)- Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. 2014. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/319164>>, Acesso em: 19 de julho de 2023;

SILVA, A. R. S. da.; SILVA, R. S. da. A história do negro na educação: entre fatos, ações e desafios. In: **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**. Salvador, v.14, n. 24. p. 193-204, jul./dez., 2005.;

SOUZA, Y. C. de. **Crianças negras: deixei meu coração embaixo da carteira**. Porto Alegre: Mediação, 2002;

SOUZA, E. de L.; CARVALHO, A. F. de. Cadê a criança negra que estava aqui?: da visibilidade seletiva ao apagamento da criança negra na BNCC. **Debates em Educação**. v.14, p.1-25. Disponível. <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/12655> . Acesso em: 19 de agosto de 2023;

SOUZA, Márcia Lúcia Anacleto. Quais as crianças da base nacional comum curricular? Um olhar para as “culturas” sem diversidade cultural. In: **Dossiê: “Educação Infantil e Base Nacional Comum Curricular: questões para o debate”**, 2016;

SANTOS, Diel. Trabalho infantil doméstico afeta a vida e desenvolvimento de crianças e adolescentes negras. **Criança Livre de Trabalho Infantil**. 2021. Disponível em: <https://livredetrabalho infantil.org.br/noticias/reportagens/trabalho-infantil-domestico-afeta-a-vida-e-desenvolvimento-de-criancas-e-adolescentes-negras> / Acesso em: 10 de agosto de 2023;

UNICEF. **Bem estar e privações múltiplas: na infância e na adolescência no Brasil**. 2018. Brasília. Disponível: <https://www.unicef.org/brazil/media/2061/file/Bem-estar-e-privacoes-multiplas-na-infancia-e-na-adolescencia-no-Brasil>. Acesso em 10 de junho de 2023;

ROCHA, Igor. Crianças negras realizam 66% do trabalho infantil no Brasil, aponta IBGE 2020. **Notícia Preta**. 17 dez/2020. Disponível: <https://noticiapreta.com.br/criancas-negras-realizam-66-do-trabalho-infantil-aponta-dados-do-ibge> / . Acesso em: 19 de setembro de 2023.

20 anos da lei 10.639/03: Animação destaca importância e descaso com histórias das culturas afro- brasileira e africana. **Projeto Seta Sistema de Educação por uma transformação antirracista**. 24. Jan/2023. Disponível em <https://projetoseta.org.br/2023/01/24/20-anos-da-lei-10-639-03-animacao-destaca-importancia-e-descaso-com-historias-das-culturas-afro-brasileira-e-africana> / Acesso em 20 de setembro de 2023.